

DO MERCOSUL AO CARIBE: QUANDO O BRASIL “SE DESCOBRE AMERICANO”.

*Leandro Mendes Rocha**

ABSTRACT

This article deals with the relationship between Brazil and Caribe in the after-redemocratization period, with emphasis in the economics aspects, analysating the globalization process and your consequences to Brazil's external politic. It also deals with the larges comercial blocks' formation like MERCOSUL and NAFTA and its influences in the America's politics and commercials relationships.

A globalização da economia e as rápidas mudanças tecnológicas criaram grandes empresas cujo peso e importância ultrapassa o de muitos dos Estados. Os dados são incontestes: A General Motors, por exemplo, movimenta um capital superior ao PIB de países de peso como a Dinamarca. O capital das maiores empresas multinacionais ultrapassa o PIB da maioria dos países chamados emergentes. Seus dirigentes detém, portanto, poder real através de grupos de pressão e aliados junto aos governos dos países onde atuam. Os impactos da globalização sobre os governos são óbvios. São pressões cada vez mais fortes incluindo o desafio da disciplina fiscal imposta pelos mercados financeiros globais, tendo a

*MENDES, LEANDRO ROCHA. Professor Adjunto III do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. Doutor em História das Sociedades Latino-americanas pela Universidade de Paris III - Sorbonne.

diplomacia ficado exposta às pressões do chamado paradigma CNN¹, isto é, do impacto instantâneo da notícia sobre a imagem de cada país. Os governos são obrigados a assumir novos desafios, precisando constantemente adaptarem-se às novas demandas, seja modernizando suas ações, seja buscando mais agilidade nas ações tradicionais de sua diplomacia. Há, por consequência, uma nova agenda nas relações externas, agora eminentemente econômica, com destaque para questões comerciais, incluindo temas relativos a transferência de tecnologia, regimes de investimento, adequação de regimes aduaneiros, regulamentação de mercado de trabalho, etc. Tais aspectos seriam os principais sinais da crise do Estado-Nação. É neste contexto, que pretendemos analisar as relações entre o Brasil e a região caribenha.

Após o fim do regime militar brasileiro em 1985, o país conheceu grandes mudanças políticas e econômicas. Tancredo Neves, eleito por um colégio eleitoral restrito, morreu antes de assumir e foi substituído pelo vice-presidente José Sarney, um político profundamente ligado ao regime militar. Inicia-se um período de transição que culminou com a promulgação de uma nova Constituição em 1988 e a organização de eleições livres em 1989. Fernando Collor assume o poder como o primeiro presidente eleito democraticamente e inicia em sua gestão a política de liberalização da economia brasileira até então, uma das mais fechadas e estatizadas do mundo. Collor, 3 anos mais tarde, foi destituído do poder por um processo de Impeachment, acusado de corrupção, tendo então sido substituído pelo vice-presidente Itamar Franco. Finalmente, em 1994, assume o poder o presidente Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e ex-ministro da economia de Itamar Franco. Estes acontecimentos políticos, e as ações conservadoras levadas a cabo pelos diferentes governos no período subsequente à democratização somente reafirmam uma das marcas mais profundas da história do Brasil, caracterizada não propriamente pelas rupturas ou grandes antagonismos, mas pelos pactos políticos conservadores estabelecidos entre as elites. Tais pactos são responsáveis pelo fenômeno da chamada “história lenta”² em que as mudanças parecem marcar eternas transações em que tem-se sempre a sensação de o Brasil é um país onde evolução política é extremamente lenta, caracterizando-se por aparentar tão somente “novos rótulos em

velhas garrafas”. Uma das características do período em que nos ocupamos, é a experiência neoliberal gradativamente assumida pelo país, sobretudo a partir da eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994. Ao reunir as forças conservadoras em torno de seu governo, Cardoso logrou leva-las a renovarem o seu discurso com o paradigma da modernização liberal, de forma a encobrir com uma roupagem moderna, as velhas praticas patrimonialistas das elites brasileiras.

Embora em seus discursos internacionais hajam referencias a uma “terceira via” o governo do presidente Cardoso promoveu a desregulamentação da economia, desmantelando o Estado regulador; suspendeu as políticas sociais; desarticulou a indústria nacional; privatizou empresas estatais e abriu ainda mais a economia para o exterior. Os resultados diretos desta política econômica logo se fizeram sentir: As taxas de crescimento passaram a apresentar resultados inferiores àqueles alcançados na década de 80, consideradas por muito como a “década perdida”. O desemprego atingiu altos índices devido, principalmente, às altas taxas de juros praticadas pelo governo. O Brasil teve uma enorme queda nas exportações de produtos industrializados perdendo a característica de uma “potência intermediária emergente” em favor da condição de “mercado emergente”.

Que conseqüências trouxe a experiência neoliberal para a política externa brasileira? Quais as mudanças ocorridas após a redemocratização? Uma resposta a esta indagação pode ser buscada nas palavras do Secretário Geral das Relações Exteriores do Brasil:

A diplomacia defende e projeta no exterior os interesses nacionais. Mas ela não cria interesses, nem pode projetar o que não existe. O país que se encontra por trás da diplomacia é o único elemento a partir do qual ela pode operar. Por isso, a diplomacia só poderá responder adequadamente às transformações do cenário internacional se essas transformações forem, de alguma forma, internalizadas pelo país e aproveitadas de acordo com os nossos interesses e necessidades” (Discurso do Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros no Ciclo de Palestras sobre a Política Exterior do Brasil em Brasília, 5 de novembro de 1996).

Gradativamente, nos últimos anos o Brasil vem abandonando algumas de suas posições tradicionais em matéria de política externa em favor um maior alinhamento com os Estados Unidos. O apoio à política de Washington em relação ao Iraque; as proposições semelhantes às dos Estados Unidos no sentido de subordinar a reintegração de Cuba às instituições continentais, às reformas do regime de Fidel Castro; assim como a aproximação entre o Brasil e Estados Unidos na área militar, cujo sinal público mais evidente é a amistosa visita aos Estados Unidos do ministro da Defesa Sr. Geraldo Quintão em junho de 2000, são sinais inequívocos das mudanças na política externa brasileira. Por outro lado, o Brasil vem voltando suas atenções no sentido de priorizar suas relações com os vizinhos mais próximos da América do Sul, com ênfase na formação de um bloco econômico no Cone Sul, o MERCOSUL.

A chancelaria brasileira, o Itamaraty, considera as relações do Brasil com os países da sub-região caribenha como “cordiais e marcadas por grande potencial de adensamento”. O que isto significa? Qual o papel do Caribe na Política Externa Brasileira? Qual a relação do Mercosul (bloco econômico liderado pelo Brasil) com o Caribe?

AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM O CARIBE

O Itamaraty considera o Caribe uma sub-região da América Central. Para a chancelaria brasileira, os países caribenhos são: Barbados, Cuba, Haiti, Jamaica, República Dominicana e República de Trinidad e Tobago.³ As questões ligadas ao Caribe estão afetas à Divisão da América Central e Setentrional da chancelaria brasileira.

Entre as estratégias institucionais do Brasil para uma maior presença na região, consta a participação nos diversos organismos multilaterais: CARICOM⁴ e ACS⁵. O Brasil, desde 1994, tem participado como convidado, da Conferência de Chefes de Governo, que é a instância máxima de decisão da Comunidade do Caribe.

Também, na qualidade de observador, o Brasil tem participado na AEC desde 1996.

Do ponto de vista político, Cuba tem merecido uma atenção especial do governo brasileiro. Desde o restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, que tem ocorrido um estreitamento das relações entre os dois países. O Brasil tem defendido nos foros internacionais o fim das sanções norte-americanas contra Cuba por considerar a aplicação de sanções de natureza econômica com fins políticos, contrária a princípios do direito internacional. Neste sentido, como forma de minorar os problemas enfrentados por aquele país devido ao embargo norte-americano, o Brasil aprovou em 1997 a doação de estoques públicos de alimentos até o montante de 20 mil toneladas.

Anualmente, desde 1991, são organizadas as Conferências Ibero-Americanas. Tratam-se de reuniões de cúpula de chefes de Estado e de governo objetivando examinar conjuntamente os grandes desafios dos países latino-americanos face a um mundo em rápidas transformações. Em tais reuniões, normalmente, são produzidas declarações conjuntas sobre temas genéricos, sem maiores efeitos práticos na vida dos cidadãos dos seus respectivos países.

Por outro lado, mais e mais as políticas externas pautam-se por questões relativas ao comércio internacional. No caso do Brasil, a ênfase de sua política para as Américas recai sobre sua ação dentro do bloco regional Mercosul.

A PRIORIDADE DADA AO MERCOSUL

Os processos de integração econômica tornaram-se um novo fator de reordenamento das relações internacionais. Dentre os mais significativos exemplos dos processos de integração ocorridos a partir da aceleração da globalização, destacam-se: A União Européia, o North American Free Trade Agreement NAFTA com os Estados Unidos, Canadá e México, A Asian Pacific Economic Cooperation APEC entre os países do Pacífico. Tais espaços, entretanto, apresentam diferentes formas de integração. A UE se baseia em um mercado comum com livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais além de políticas comuns e autoridades supranacionais, o NAFTA é apenas uma área de livre

comércio com livre circulação de bens, serviços e investimentos, sem instituições comuns e sem uma política de comércio conjunta e o APEC uma zona de livre comércio em formação.

A globalização, portanto, colocou o Brasil face à realidade dos blocos econômicos⁶. Como resposta a esta tendência, foi constituído o MERCOSUL, um bloco que objetiva a ampliação dos mercados dos seus membros, processo visto como primeiro passo para a adaptação de seus signatários à globalização, fortalecendo a posição de seus membros nos foros mundiais. São partícipes do MERCOSUL a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Chile e Bolívia são sócios com tarifas preferenciais para venda e compra de produtos. O bloco negocia acordos semelhantes com a União Européia e o Pacto Andino. O Brasil e a Argentina tem adotado posições comuns em diferentes foros internacionais, principalmente em temas econômicos, na Organização Mundial do Comércio e nas discussões referentes à criação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA.

Os primeiros contatos que propiciaram a criação do MERCOSUL datam de 1985 e 1988 quando os presidente Raúl Alfonsín da Argentina e José Sarney do Brasil assinaram um acordo de comércio e cooperação. Em 1985, a Declaração de Iguazu inclui objetivos políticos, econômicos e militares que iniciam o processo que culminará com a criação do bloco. No ano seguinte, foi estabelecido o Programa de integração e cooperação econômica que continha 26 protocolos que foram mais tarde incorporados ao tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL.

Desde a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai lograram grandes avanços em diferentes áreas. Do ponto de vista comercial, o comércio saltou de 3,6 bilhões de dólares em 1990 para 8,0 bilhões de dólares em 1993.

A concretização do MERCOSUL como união aduaneira incompleta em 1995 e completa em 2002 coloca em discussão algumas questões: deveria o bloco partir para a negociação de acordos preferenciais com outros blocos em formação ou deveria o mesmo se manter isolado? Sabe-se que o bloco foi concebido dentro de um quadro de incertezas

que marcaram os 8 anos de negociação do GATT. Em caso de um fracasso, a melhor estratégia do Brasil e demais sócios seria uma defesa de seus interesses dentro de um bloco econômico.

Desde a criação do bloco várias etapas foram cumpridas. Em 1992, em Las Leñas, foi definido o cronograma de formação do MERCOSUL. Em 1994, através do Protocolo de Ouro Preto, foi criada a sua estrutura institucional com a instituição de uma união aduaneira e a eliminação das barreiras alfandegárias. O acordo passa a vigorar de forma incompleta em 1995, sendo prevista a sua concretização total em 2001. Em 1997, a Bolívia é admitida no bloco como associada. Ficou estabelecido que em 2000 o bloco passaria a ter um regime automotivo comum acabando com as políticas nacionais para o setor automobilístico e em 2001 deverão desaparecer as tarifas alfandegárias entre os dois principais países, ficando os demais países com um prazo extra, fixado até 2005, para a adaptação ao processo. Assim, teríamos em 2005 a formação de um mercado comum compartilhando consumidores, produtores, tarifas externas, políticas macroeconômicas e fatores de produção. Neste mesmo ano o bloco deverá definir sua participação na ALCA e as formas de intercâmbio com a União Européia.

O objetivo do Mercosul é, entretanto, mais ambicioso, a superação definitiva da rivalidade regional através de futuro estreitamento das ações marco-políticas dos estados membros. Para o governo brasileiro, trata-se da grande diretriz de sua política externa,

O Mercosul vai-se afirmando como uma das mais importantes iniciativas diplomáticas deste final de século. O Brasil encontra no Mercosul um instrumento vital para uma inserção mais eficiente e moderna na economia internacional e para desvencilhar-se dos resíduos de um protecionismo ultrapassado, incompatível com as novas realidade do mundo contemporâneo. (José Artur Denot Medeiros, subsecretário-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo em 6 de março de 1994).

Devido às crescentes pressões dos Estados Unidos no sentido da aceleração do processo de negociação com vistas à formação de uma zona de livre comércio das Américas, o governo brasileiro apresentou formalmente, durante a reunião do Mercosul em Buenos Aires, em março de 1994, a proposta de criação da Associação de Livre Comércio da América do Sul - ALCSA. O então ministro da fazenda do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, durante a apresentação da proposta brasileira afirmava que a iniciativa “não é contra ninguém, mas visa fortalecer o comércio regional”. A estratégia parecia simples, fortalecer o bloco regional para, negociar conjuntamente, sua adesão ao NAFTA. O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Guido de Tella, no encerramento da reunião, afirmou que: “é possível tornar o Mercosul compatível com o Nafta e é isso que estamos estudando”.

A ALCSA deveria constituir-se em uma rede de acordos de livre comércio entre países sul-americanos, através da Associação Latino-Americana de Integração ALADI. O processo iniciar-se-ia em 1995 prolongando-se por dez anos até transformar-se em uma Zona de Livre Comércio ZLC. O Brasil exerceria sua liderança no sub-continente construindo um bloco coeso ao Sul, dificultando a absorção individual de cada um nos países pelo NAFTA, obrigando os Estados Unidos a uma negociação coletiva.

Numa contra-ofensiva diplomática dos Estados Unidos, foi organizada em Miami, em dezembro de 1994, a Cúpula das Américas. A referida reunião contou com a presença de representante de 34 países das América do Sul, Central, do Norte e Caribe. Iniciou-se, oficialmente, as negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas - ALCA até o ano de 2005. O cronograma norte americano prevê o estabelecimento de outras áreas de livre comércio: Em 2010, com a África; e, em 2010/20 com o Pacífico.

Outras reuniões se sucederam. Em 1997, em Recife no Brasil, o governo brasileiro apresentou sua posição no sentido de uma integração gradual com o NAFTA, prevendo 3 etapas: A primeira, de 1998 a 1999, compreenderia aspectos referentes à facilitação de negócios. A segunda,

de 2000 a 2002 trataria de normas e disciplinas incluindo a questão da eliminação de subsídios agrícolas, procedimentos aduaneiros, investimentos e propriedade intelectual. A terceira fase trataria do acesso a mercados nas áreas de produtos e serviços.

O Canadá, por sua vez, apresentou uma proposta de negociação global em um prazo mais curto, de 1998 a 2003. Já os Estados Unidos apresentaram uma proposta que previa a criação da Área de Livre Comércio das Américas no ano de 2005.

As posições brasileiras e norte-americanas polarizaram-se. Segundo analistas internacionais, o Brasil desejaria adiar as negociações para poder neutralizar algumas das possíveis vantagens do NAFTA. Com um cronograma mais demorado, o Brasil lograria:

1- uma maior integração no âmbito do MERCOSUL.

2- a criação de uma área de livre comércio da América do Sul com maior poder de barganhar quando das negociações globais;

3- o estreitamento de laços comerciais e políticos com a União Européia que sirvam de contrapeso aos Estados Unidos;

A posição brasileira baseia-se na constatação de que a tradição jurídica e comercial dos EUA representam um sério obstáculo à criação de um Bloco com interesses equilibrados entre as partes. O direito constitucional norte-americano separa os acordos internacionais entre auto-executáveis e não auto-executáveis. Para ser auto-executável, isto é, não sofrer modificações de conteúdo pelo poder legislativo, é necessário que o poder executivo consiga uma autorização prévia chamada *fast-track*, fato que até o momento não ocorreu. Ao contrário de outros países, nos EUA os tratados são situados no mesmo nível das leis federais. Assim, através de legislação federal ordinária, dispositivos de tratados internacionais podem ser revogados. Por outro lado, o fato dos Estados Unidos não serem signatários da Convenção sobre Leis e Tratados de Viena que dispõe que um Estado não pode invocar sua legislação ordinária interna para não cumprir suas obrigações derivadas de um tratado

internacional, pode fazer com as cortes dos Estados Unidos venham a tomar decisões que possam causar o não cumprimento de obrigações internacionais. Finalmente, a seção 301 da Lei de Comércio de 1974 prevê a suspensão, a retirada ou não, da aplicabilidade de benefícios conferidos por acordos multilaterais como NAFTA ou ALCA a países que, de segunda a subjetiva interpretação dos EUA, de forma “injustificável” ou “não-razoável” restringirem exportações norte-americanas. Medidas com amparo na seção 301 tem sido constantemente tomadas, inclusive contra o Brasil.

Contrariamente ao Canadá e México que dependem em aproximadamente 70 a 80% de seu comércio externo com os EUA, o Brasil tem uma pauta de comércio diversificada em que 24% se faz com a União Européia, 23% com os países membros da ALADI⁷ e 23% com países do NAFTA. Para setores oficiais brasileiros, ainda que a iniciativa da ALCA fosse um bom negócio, poderia trazer enormes riscos para os setores agrícola, industrial e de serviços das economias do MERCOSUL.

Paralelamente, o MERCOSUL buscou diversificar seus acordos, aproximando-se da União Européia, para desta forma, contrabalançar a crescente influências dos Estados Unidos.

A preocupação quanto à importância da manutenção de um equilíbrio nas relações entre o MERCOSUL, o NAFTA e a União Européia, podem ser verificadas pelas declarações do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil referindo-se às negociações entre o MERCOSUL e a União Européia.

Temos reiterado enfaticamente a necessidade de dar caráter operacional ao Acordo, iniciando um mapeamento e um inventário das áreas e questões que deverão ser cobertas pelas negociações. Nosso objetivo é criar um processo paralelo de negociação entre a integração hemisférica e a aproximação União Européia - Mercosul. Nosso interesse é evitar que os progresso que já temos feito na ALCA - Área de Livre Comércio das Américas - possam de alguma forma alterar em nosso desfavor a situação de relativo equilíbrio do nosso comércio internacional, retirando da Europa a condição de nosso

principal parceiro comercial, desviando correntes de comércio e concentrando no Hemisfério a maior parte das nossas relações econômicas externas. (Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros durante o Ciclo de Palestra Sobre a Política Exterior do Brasil, sessão de abertura, Brasília, Centro de intercâmbio e programas internacionais, Departamento de Relações Exteriores da Universidade de Brasília, UnB e Fundação Alexandre de Gusmão, 5 de novembro de 1996).

A ênfase da política política externa brasileira no Mercosul, fez com que sua ação em regiões como o Caribe fosse deixada em um segundo plano. A estratégia para a região caribenha, prevê que a mesma será objeto de uma maior atenção dentro e, a partir de acordos com o Mercosul que, entretanto, privilegiam, num primeiro momento uma aproximação com os países andinos no sentido de formar uma zona de livre comércio na América do Sul, fortalecendo a posição conjunta destes países frente as negociações com os Estados Unidos para a formação da ALCA. Os resultados desta postura, como não poderia deixar de ser, foi que, embora seja considerada uma área com um bom potencial de adensamento de relações, sobretudo na área comercial, o Caribe permanece relativamente esquecido pela diplomacia brasileira.

O COMÉRCIO EXTERNO

Os principais parceiros comerciais do Brasil são o Bloco Europeu, o NAFTA e a América do Sul, que juntos representam mais de 70% das exportações brasileiras. Tais exportações, tem entretanto, perfis diferenciados. As exportações para o Bloco Europeu concentram-se em produtos alimentares e minerais com menor valor agregado. A pauta de exportação para o NAFTA e América do Sul é mais diversificada e inclui máquinas, equipamentos, material de transporte além de alimentos, portanto com maiores valores agregados.

Tabela 1 - Brasil - Exportações por Blocos Regionais e Tipo de Produto em 1993

Produtos	B.Europeu	NAFTA	E
produtos alimentares	43,2	19,1	1
produtos minerais	10,9	4,9	1
produtos químicos	4,3	4,5	5
plásticos/borracha	1,3	2,5	1
calçados/couro	4,6	13,6	1
madeira	2,5	1,6	0
papel/celulose	5,1	2,7	3
têxteis	3,9	5,0	2
minerais	1,4	1,6	0
metais	10,5	12,3	4
máquinas e equipamentos	6,6	19,2	3
material de transporte	4,5	11,0	3
instrumentos	0,3	1,0	0
outros	0,8	1,17	0

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Por outro lado, uma das características do comércio internacional hoje é a seu dinamismo em torno de blocos e seus acordos preferenciais que formam zonas de influência em torno dos mesmos. Trata-se de um quadro em que pode-se perceber que, sem um bloco forte onde se inserir e sem acordos preferenciais, dificilmente um país consegue bons desempenhos em seu comércio externo.

O comércio externo brasileiro com o Caribe é superavitário para o Brasil e, pelo seu volume pequeno no contexto do quadro do comércio internacional do Brasil, deixa claro um largo espaço para crescimento.

Tabela 2 - Comercio Exterior Brasil/Caribe em 1996

País	Exportação e US dólares
Barbados	5,57 milhões
Cuba	42,9 milhões
Haiti	11,10 milhões
Jamaica	-
República Dominicana	73,17 milhões
República de Trinidad e Tobago	66,08 milhões

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O quadro abaixo, por sua vez demonstra que nos últimos anos ocorreu uma estagnação no comércio externo do Brasil com o Caribe uma vez que o mesmo se mantém com seus valores praticamente inalterados, ao contrário por exemplo do comércio com o MERCOSUL.

Tabela 3 - Comércio Internacional do Brasil/Exportações

Bloco econômico	1992	1993	1994
Associação Latino Americana de Integração ALADI	7.593	9.138	9.
Mercado Comum do Sul MERCOSUL	4.097	5.387	5.
Mercado Comum Centro Americano MCCA	207	235	2.
Comunidade Mercado Comum do Caribe CARICOM	87	111	1.
Canadá	401	455	5.
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	7.058	7.989	8.
Europa Oriental	377	530	5.
União Européia UE	10.774	10.190	1.
Associação Européia de Livre Comércio AELC	221	221	3.
Ásia (exclusive Oriente Médio)	5.578	6.112	7.
Oriente Médio	1.292	1.245	1.
África	1.138	1.112	1.
Oceania	236	255	2.
Demais	831	962	1.
Total Geral	35.793	38.555	4.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Em 1995, o Brasil inicia um processo de busca de uma maior aproximação com a Venezuela. Talvez aí se coloque a possibilidade de um futuro adensamento nas relações entre o Brasil e o Caribe. Desde esta data intensificam-se as negociações entre o MERCOSUL e a Venezuela em torno da celebração de um acordo de livre comércio. Tal aproximação poderá vir a se tornar um caminho para uma maior presença comercial brasileira no Caribe. Em um discurso no Seminário “MERCOSUL - Venezuela” realizado em maio de 1995, assim se expressou o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia:

Para o Brasil, essas negociações não poderiam ser mais oportunas e significativas. Nossa dupla condição de país platino e amazônico intensifica em muito o interesse que atribuímos a esse processo natural de aproximação entre as sub-regiões sul-americanas. A Venezuela, por sua vez, é um país andino, amazônico e caribenho, e portanto um vínculo natural entre paisagens sub-regionais que formam a identidade de um Continente diversificado e em intensa retomada do crescimento econômico...

Tendo o MERCOSUL e o Pacto Andino alcançado importante grau de amadurecimento e de consolidação de suas metas de integração, temos agora de ampliar nossos horizontes, olhando em direção a parcerias operacionais que ganham pleno sentido prático, no contexto mais amplo e refletido da integração hemisférica...

Esse processo se traduz concretamente na criação das condições necessárias para que o MERCOSUL e a Venezuela - e também os demais países andinos- possam funcionar como vasos comunicantes, atuando sobre o potencial inexplorado dentro de nossas próprias economias e valendo-se dessa integração sul-americana para ampliar e fortalecer os instrumentos da nossa inserção nos mercados internacionais... (Discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia na abertura do Seminário MERCOSUL - Venezuela em São Paulo, 17 de maio de 1995).

Do lado venezuelano, as expectativas também são muito favoráveis.

Tradicionalmente orientada para o norte (Estados Unidos) e, em menor medida, para sua fronteira sul-ocidental (Colômbia), a Venezuela começa agora a ver o Brasil e o Mercosul com um alto grau de significado estratégico.

O Brasil já se transformou em interlocutor privilegiado da política exterior venezuelana, e aspira-se também que se converta em sócio econômico da maior importância.

Segundo as palavras do presidente Caldera, “o Brasil constitui hoje a principal relação exterior da República”.

Que poderá oferecer a Venezuela ao Brasil e, por extensão, ao Mercosul? Basicamente o seguinte. Trata-se como já foi descrito de uma das maiores economias latino-americanas, da maior potência energética hemisférica e da saída natural para o Caribe e os Estados Unidos... (Alfredo Toro Hardy, embaixador da Venezuela no Brasil em artigo publicado na Folha de São Paulo em 14 de janeiro de 1997)

Os resultados concretos desta política de aproximação entre Brasil e Venezuela fazem-se sentir no comércio entre os dois países. Neste contexto, a inauguração da pavimentação da estrada BR 174 reduziu o tempo de viagem entre Manaus e Caracas de 14 dias de um verdadeiro rali para aproximados 3 dias.

A Venezuela passou então à condição de mais nova fronteira de negócios para o Brasil. O pesado trânsito de Caracas, até então dominado por pequenos ônibus, as velhas jardineiras, agora tem modernos ônibus fabricados pela Mercedes Benz do Brasil. A presença desta montadora não é uma exceção. Em 1994 as exportações brasileiras para a Venezuela somaram US\$ 280 milhões, um comércio crescente. Para o Brasil, a Venezuela representa um mercado nada desprezível de 22 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 87 bilhões. Empresas brasileiras tem investido maciçamente naquele país. A cervejaria Brahma comprou a indústria Nacional em 1994 e atualmente detém 13,5% do mercado de cervejas, a siderúrgica Usiminas comprou juntamente com sócios da Argentina e México, parte da siderúrgica Sidor, e empreiteiras como a Norberto Odebrecht tem participado de concorrência para a construção

de obras públicas naquele país.

Os venezuelanos passaram a dar importância crescente ao Brasil como forma de contrabalançar a presença norte-americana. Tal mudança de postura pode ser observada através das iniciativas do presidente Hugo Chávez cuja primeira viagem internacional foi, justamente ao Brasil. No encontro com seu colega brasileiro, Chávez propôs-se a estudar formas de associação de seu país com o MERCOSUL. O primeiro grande lance nesta aproximação havia sido dado em 1994 quando o Brasil e a Venezuela estabeleceram um acordo comercial diminuindo suas tarifas alfandegárias em praticamente 50%.

CONCLUSÕES

Como vimos, a política exterior brasileira em relação ao Caribe, está intimamente relacionada às estratégias do Brasil no que se refere à criação do bloco do Cone Sul - MERCOSUL e, face a influência e pressão do NAFTA liderado pelos Estados Unidos, sua inserção na ALCA. Neste sentido, a aproximação com a Venezuela, um dos objetivos estratégicos dos acordos bilaterais do MERCOSUL poderá vir a significar a médio e longo prazos uma melhora na presença comercial e política brasileira no Caribe, principalmente através das facilidades estabelecidas com a pavimentação da BR 174 que liga Manaus à Venezuela, facilitando as exportações de produtos brasileiros para o Caribe e restante da América Central.

Embora os discursos oficiais das autoridades brasileiras enfatizem a prioridade da política externa brasileira para as Américas em sua totalidade, no quadro das suas relações comerciais externas, tais prioridades ainda não se traduziram num aumento nas relações comerciais regionais com o Caribe, por exemplo. O comércio exterior brasileiro, tanto para a América Central quanto para o Caribe, tem-se mantido praticamente inalterado, embora potencialmente possa ser dinamizado, desde que haja uma vontade política efetiva assim como uma estratégia política do país e do Mercosul neste sentido. Até o momento, as macro-políticas do referido bloco estão mais direcionadas no sentido de uma

articulação face às relações comerciais com o NAFTA e a União Européia.

Em que pese o interesse “oficial” do Brasil de uma maior aproximação com o Caribe, na realidade, as relações com aquela região tem se mantido, pelo menos do ponto de vista comercial, estagnadas. A aproximação política atestada pela maior presença brasileira nos organismos multilaterais e pelas reuniões de cúpula das Américas, ainda não se refletiram em abertura de mercados nem no aumento do intercâmbio comercial com a região.

Ao finalizarmos o nosso artigo, convém lembrar as palavras do Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no sentido de que a política externa de um país não pode projetar o que não existe. O processo de globalização e as mudanças macro-políticas do Brasil a partir da adoção de modelos influenciados pelo neoliberalismo alteraram profundamente os “interesses” e “necessidades do Brasil”, levando o país a privilegiar suas relações com os blocos econômicos já consolidados (NAFTA e U.E) e com os países do Pacto Andino. Assim, o Caribe tem se apresentado ao Brasil muitas vezes tão somente como uma região exótica, um paraíso fiscal e uma importante área turística.

NOTAS

¹ Referimo-nos aqui a uma declaração creditada à Secretária de Estado dos Estados Unidos Sra. Madeleine Albright que teria afirmado ser o canal de televisão CNN o décimo sexto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

² A expressão foi utilizada por Martins (1994) para caracterizar a sociedade brasileira contemporânea, onde as relações políticas são profundamente influenciadas pelo clientelismo e pela dominação tradicional de base patrimonial.

³ Esta definição é muito restritiva da chamada região caribenha, deixando de fora países como Suriname e outros países da América Central que fazem parte do grande Caribe.

⁴O CARICOM, com sede na cidade de Georgetown, na Guiana, foi estabelecido pelo tratado de Chaguamamas em agosto de 1973 e tem como objetivo promover a cooperação e a integração comercial e econômica dos Estados membros no sentido do estabelecimento de um mercado comum. Hoje, este organismo integra os seguintes países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Beliza, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

⁵ A Associação de Estados do Caribe AEC congrega 36 Estados e Territórios das sub-regiões caribenha e centro-americana. Esta associação foi criada em 1994 na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia e propõe-se a promover de maneira gradual e progressiva a integração econômica, a preservação do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais da região, assim como o fortalecimento dos laços de amizade entre os governos e povos através da ação concertada dos seus membros.

⁶ Dados do Banco Mundial apontam que cerca de 50% dos produtos manufaturados já são negociados através de acordos preferenciais entre países dentro de zonas determinadas. Os 3 principais blocos econômicos (O Bloco Europeu, o NAFTA e o espaço Asiático) compreendem 31 países que são responsáveis por 85% das exportações mundiais num total estimado pelo FMI em 1993 em US\$ 3,8 trilhões.

⁷ A Associação Latino-Americana de Integração ALADI reunindo Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Equador, o México, o Paraguai, o Peru e a Venezuela, foi criada em 1980, com objetivos muito semelhantes aos da ALALC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Anita Beatriz Nazareth, *O Mercosul e a integração latino-americana*, Texto síntese de dissertação de pós-graduação apresentada na École de Hautes Études Internationales de Paris em julho de 1994, Disponível, <http://www.mre.gov.br>

CEPAL. *Balance preliminar de las economías de américa latina y el caribe*, 1988.

Cimeira. El Diario, La Paz, 01.07.99.

Cimeira. El Diario, La Paz, 04.07.99.

Comienza la historica cumbre estrategica de america latina y la union europea, en Clarin, Buenos Aires, 28.06.99, p. 12.

DECLARACION de Bariloche, en V Cumbre de jefes de Estado y de gobierno de la Conferencia Iberoamericana, Bariloche, Argentina, 16 e 17 de octubre de 1997.

“DECLARACION de Guadalajara”, en I Cumbre de la Conferencia Ibero-Americana, Guadalajara, México, 18 e 19 de julho de 1991.

“DECLARACIÓN de Viña del Mar” en VI Reunión de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero Americana, Santiago e Viña del Mar, 10 e 11 de novembro de 1996.

“DISCURSO do Embaixador Luiz Felipe Lampreia”, Ministro de Estado das Relações Exteriores, en X Fórum Nacional As perspectivas da situação mundial e a política externa do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1998.

“DISCURSO do embaixador Sebastião do Rego Barros”, Secretário Geral das Relações Exteriores, Seminário Eixos de Integração Sul-americana e corredores de exportação no Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos SAE em 13 de setembro de 1995, en *Boletim de Integração Latino-Americana*, n.17, maio/dezembro de 1995.

“DISCURSO do Ministro da Defesa do Brasil, Geraldo Quintão, durante café da manhã no Inter-American Dialogue, em Washington, D.C., EUA”, 29 de junho de 2000.

“DISCURSO do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia por ocasião do almoço que oferece aos Chanceleres e Chefes de Delegação do Grupo Latino-Americano e do Caribe nas Nações Unidas”, Nova York, 23 de setembro de 1997.

“DISCURSO do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos O Brasil e o mundo no século XXI - uma visão do Itamaraty”, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1996.

“DISCURSO do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia na abertura do Seminário Mercosul - Venezuela”, São Paulo, 17 de maio de 1995.

“DISCURSO do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia no início das atividades didáticas do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, A política Externa Brasileira e a inserção internacional do Brasil”, São Paulo, 1 de abril de 1997.

- “DISCURSO do Secretário Geral das Relações Exteriores, embaixador Sebastião do Rego Barros proferido no Ciclo de Palestras sobre a Política Exterior do Brasil no Centro de Intercâmbio e Programas Internacionais do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e pela Fundação Alexandre de Gusmão”, Brasília, 5 de novembro de 1996.
- “DOCUMENTO de conclusiones. II Cumbre Iberoamericana de jefes de Estado y de Gobierno”, Madrid, 23 e 24 de julho de 1992.
- “DOCUMENTO FINAL DE CONCLUSÕES. IV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Conferencia Ibero-Americana”, Cartagena, Colômbia, 14 e 15 de junho de 1994.
- “ENTREVISTA de Peter Frederick Allgeier, negociador dos Estados Unidos da América para a ALCA concedida ao Jornal *Folha de São Paulo*”, São Paulo, 11 de maio de 1997, p.2-6.
- “ENTREVISTA do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia ao *Jornal do Brasil*”, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1998.
- “FORUM DA SOCIEDADE CIVIL PARA O DIÁLOGO EUROPA-AMERICA LATINA E CARIBE. Declaracion Conjunta ante la cumbre Unión europea – América latina y el Caribe”, Junio de 1999.
- GOYOS Jr, Durval de Noronha, *Reflexões sobre a proposta área de livre comercio das Américas*, ALCA. Disponível: <http://www.mre.gov.br>
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 1998-1999. Diário.
- “La cumbre de Río se enfoca en la cooperación económica”, en *El nuevo Herald*, EUA, 26.06.99.
- LAMPREIA, Luiz Felipe, *Diplomacia Jogo Duro*, en *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 de março de 1999.
- MARTINS, José de Souza, *O poder do atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*, São Paulo, HUCITEC, 1994.
- “MENSAGEM do Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional na Abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura em 1999”.
- “PALESTRA efetuada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do Seminário de Informação e Reflexão a propósito da Reunião de Chefes de Estado e de Governo da

América Latina e Caribe - União Européia, realizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Governo de São Paulo, Dialogo Para o Milênio”, São Paulo, 9 a 10 de junho de 1999.

RAMONET, Ignacio, “Nouveau Siècle”, en *Le Monde Diplomatique*, Janvier 1999, Disponível, <http://www.monde-diplomatique.fr/1999/01/RAMONET/11549.html>.

SADER, Emir, “Reconstruire la droite en guise de troisième voie: Le pacte des élites brésiliennes”, en *Le Monde Diplomatique*, Octobre de 1998, p.6-7, Disponível, <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/SADER/1184.html>

STEINFUS, Ricardo, “Les dilemmes de l’intégration latino-Américaine Washington manoeuvre contre le Mercosul”, en *Le Monde Diplomatique*. Février, 1998, Disponível, <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/STEINFUS/10035.html>

THORSTENSEN, V; NAKANO, Y; LIMA, Camila F e SATO, Cláudio, *O Brasil Frente a um mundo dividido em blocos*, São Paulo, Nobel, 1994.